

Opção para o Clube... *Luiza Est*

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

brasileira ao Clube de Paris. É mais razoável que isso aconteça em agosto ou até setembro, e não em julho.

A rigor, o envio do relatório de avaliação do FMI é apenas uma das três condições que o Brasil se comprometeu a cumprir, quando assinou o acordo com o Clube de Paris em 19 de janeiro, para que houvesse uma outra negociação no final do primeiro semestre. Na verdade, nenhum dos requisitos foi cumprido.

As outras duas condições eram a conclusão dos acordos bilaterais com cada país credor relativos à negociação de janeiro, e a existência de um acordo com os bancos internacionais. Nos três casos, contudo, como admite a fonte, está claro que a culpa não é apenas do Brasil.

Os acordos bilaterais têm caminhado de forma exasperantemente lenta. Entre os grandes países credores, até agora só foram acertadas as condições bilaterais com o Canadá e com a França. Em parte, isso aconteceu em vista do acúmulo de trabalho exigido da equipe do Banco Central, responsável pelas negociações, e em parte, pela morosidade dos países credores. No caso do país mais importante, os Estados Unidos, a negociação bilateral só deverá acontecer em julho.

Nessas negociações, o Brasil acerta com cada credor as condições específicas para o reescalonamento, cujas regras gerais foram definidas em janeiro no âmbito do Clube de Paris. Alguns países alegam que exatamente por não ter sido concluída a negociação bilateral não foi possível reabrir até agora o crédito oficial ao Brasil.

Isso não é verdade, no entanto, na maioria dos casos, inclusive o dos Estados Unidos. Durante um longo período, de janeiro de 1985 a maio de 1986, o Eximbank norte-americano continuou aprovando empréstimos ao País apesar da moratória unilateral brasileira dos pagamentos do principal e dos juros. Em contrapartida, tomada a decisão de suspender os empréstimos, há uma natural dificuldade para o Eximbank reabrir os seus cofres.

Isso esteve prestes a acontecer em fevereiro deste ano, quando técnicos do Eximbank vieram ao Brasil com a disposição de retomar os créditos. No entanto, a decretação da moratória fez a situação voltar à estaca zero. Só uma definição positiva do plano econômico brasileiro geraria um fato novo suficiente para detonar novamente o processo, acreditam fontes bem informadas.

No caso de outros países, por outro lado, chegou-se a preparar a reabertura dos empréstimos. Foi o que aconteceu com o Eximbank japonês, disposto a colocar US\$ 300 milhões num co-financiamento para o setor elétrico, junto com o Banco Mundial. As operações acabaram não sendo concretizadas, no caso japonês e em outros semelhantes, porque os países alegaram que só tomariam sua decisão depois que os Estados Unidos o fizessem.

O governo brasileiro costuma argumentar que, quando negociou com o Clube de Paris em dezembro, houve uma promessa tácita de que os créditos

oficiais seriam reabertos ao País depois de selado o acordo. Os credores alegam, contudo, que na discussão de dezembro, o Brasil pedia apenas um reescalonamento para 1985 e 1986. Posteriormente, em janeiro, acabou ampliando seu pedido para todo o ano de 1987, obtendo apenas um acerto para o primeiro semestre.

Além de sustentar que a negociação de janeiro teria sido de outro teor, os credores argumentam que a promessa de reabertura nunca foi formalizada, o que é um fato. Houve apenas um entendimento informal nessa direção ao final da negociação de dezembro.

Quanto às exigências de um acerto prévio com os bancos, a moratória e a posterior troca da equipe econômica brasileira poderiam ser uma explicação aceitável, na opinião da fonte já mencionada.

Acima de tudo, existe a convicção dos credores de que o Brasil continua atravessando uma situação precária em seu caixa externo e que, portanto, certamente não poderia voltar a pagar os empréstimos oficiais a partir de 1º de julho.

Se for possível encontrar uma saída formal ou informal para evitar que esse não pagamento caracterize um confronto, todos ganham — pelo menos até que seja possível examinar o plano econômico brasileiro e sua consistência.

Um ponto delicado, de todo modo, não deverá gerar problemas: a forma de participação do FMI no País. Sabe-se que os Estados Unidos, que representam um papel crucial para a definição da posição dos credores, não deverão exigir um acordo formal, do tipo "stand-by", entre o Brasil e o FMI, como condição prévia para uma negociação no Clube de Paris.

Nas negociações de dezembro e janeiro, acertou-se um meio termo para essa questão: o Brasil não assinaria um acordo formal, mas aceitaria um "enhanced contac" (contatos ampliados ou mais frequentes) com o FMI. Pelos termos da carta de dezembro do então diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, ao Clube de Paris, ficava claro que isso ampliaria em duas visitas de missões do FMI ao Brasil, num período em torno de doze meses.

O ministro Bresser Pereira já anunciou que pretende formalizar seu plano em metas mensais e trimestrais nos moldes (formais) do FMI e retomou contatos pessoais com técnicos da instituição. Esse arranjo provavelmente será considerado suficiente. Alguns países com posições tradicionalmente mais rígidas, como a Inglaterra, talvez insistam num acordo "stand-by", mas a posição dos Estados Unidos terá peso muito importante.

De todo modo, os Estados Unidos dificilmente repetirão a atuação agressiva em favor do Brasil que tiveram nas discussões do Clube de Paris de janeiro. As negociações na época foram duras e deixaram ressentimentos de parceiros norte-americanos com a posição de Washington.

Naturalmente, o resultado da negociação do Brasil com o Clube de Paris dependerá, acima de tudo, do teor do novo plano de estabilização. O que talvez seja possível evitar é uma radicalização nas posições já a partir de 1º de julho.

Opção para o Clube de Paris

-8 JUN 1987

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de São Paulo

O esperado confronto entre o Brasil e seus credores oficiais do Clube de Paris poderá ser adiado. O acordo de reescalonamento vence no dia 30 de junho, mas representantes de países credores acreditam que o Brasil poderá vir a pedir uma prorrogação por dois ou três meses.

Se isso acontecer, avaliam fontes próximas à negociação, provavelmente o pedido será aceito. O fato de ter havido mudança recente na equipe econômica, de o novo plano ainda não ter sido concluído e de o FMI, muito provavelmente, necessitar de mais tempo para terminar a avaliação sobre a economia brasileira poderia justificar uma extensão temporária do reescalonamento.

O Clube de Paris já marcou a data de 20 de julho para examinar o caso brasileiro. É praticamente impossível que até lá os principais dados estejam disponíveis. Mesmo que o novo plano econômico seja anunciado na próxima semana, uma missão do FMI teria de examiná-lo, incluí-lo na avaliação sobre a economia brasileira ou produzir um adendo e enviá-lo ao "board" executivo da instituição. Os diretores, por sua vez, dispõem de até quatro semanas para examinar o trabalho dos técnicos.

Só depois de vencidas essas etapas seria possível convocar uma reunião do "board" para aprovar o relatório. Feito isso, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, enviaria sua apreciação sobre a economia

(Continua na página 17)